ReGeo ISSN: 2177-3246

MIGRAÇÃO E DINÂMICAS TERRITORIAIS EM REGIÕES DE FRONTEIRA: CULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

MIGRATION AND TERRITORIAL DYNAMICS IN BORDER REGIONS: CULTURE, REGIONAL DEVELOPMENT, AND PUBLIC POLICIES

MIGRACIÓN Y DINÁMICA TERRITORIAL EN LAS REGIONES FRONTERIZAS: CULTURA, DESARROLLO REGIONAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS

10.56238/revgeov17n3-134

Rosalina Alves Nantes
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Rondônia
E-mail: rnantes@unir.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8347-7856
Lattes: https://lattes.cnpq.br/9798065739676651

Rosemeire Ferrarezi Valiante
Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: rosevaliante@unir.br
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8931538056779528

RESUMO
Este artigo analisa as contribuições teóricas que articulam migração, fronteira, cultura, desenvolvimento regional e políticas públicas, com ênfase nas dinâmicas territoriais produzidas em regiões fronteiriças. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, baseada na leitura analítica de obras clássicas e contemporâneas da sociologia, da geografia, da ciência política e dos estudos do desenvolvimento. O argumento central sustenta que os fluxos migratórios não podem ser compreendidos de forma isolada, porque se vinculam à produção social do território, à negociação de identidades, à circulação de práticas culturais e às estratégias institucionais de regulação e planejamento. Ao revisar autores como Sayad, Castles e Miller, Portes, Raffestin, Foucher, Grimson, Haesbaert, Boisier, Sen, Perroux e Furtado, o texto demonstra que a fronteira ultrapassa a condição de limite geopolítico e se afirma como espaço relacional, marcado por mobilidade, cooperação, conflito e recomposição de pertencimentos. A discussão também evidencia que o desenvolvimento regional, quando pensado a partir do território, requer políticas públicas sensíveis às especificidades socioculturais dos espaços de fronteira. Conclui-se que a abordagem interdisciplinar amplia a capacidade analítica do estudo da migração e oferece bases mais consistentes para a compreensão das desigualdades, das interdependências e das possibilidades de desenvolvimento em contextos fronteiriços.

Palavras-chave: Migração. Fronteira. Territorialidade. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas.

ABSTRACT
This article examines the theoretical contributions that connect migration, border, culture, regional development and public policy, with emphasis on the territorial dynamics produced in border regions. The study adopts a qualitative bibliographic approach based on the analytical reading of classic and contemporary works in sociology, geography, political science and development studies. The central argument is that migratory flows cannot be understood in isolation, since they are linked to the social production of territory, the negotiation of identities, the circulation of cultural practices and the institutional strategies of regulation and planning. By reviewing authors such as Sayad, Castles and Miller, Portes, Raffestin, Foucher, Grimson, Haesbaert, Boisier, Sen, Perroux and Furtado, the text shows that the border goes beyond a geopolitical limit and becomes a relational space marked by mobility, cooperation, conflict and the recomposition of belonging. The discussion also highlights that regional development, when approached from a territorial perspective, requires public policies that are sensitive to the sociocultural specificities of border spaces. It concludes that an interdisciplinary approach broadens the analytical capacity of migration studies and provides stronger foundations for understanding inequality, interdependence and development possibilities in border contexts.

Keywords: Migration. Border. Territoriality. Regional Development. Public Policy.

RESUMEN
Este artículo analiza las contribuciones teóricas que articulan migración, fronteras, cultura, desarrollo regional y políticas públicas, con énfasis en las dinámicas territoriales que se producen en las regiones fronterizas. La investigación es de naturaleza cualitativa y bibliográfica, basada en una lectura analítica de obras clásicas y contemporáneas de sociología, geografía, ciencia política y estudios del desarrollo. El argumento central sostiene que los flujos migratorios no pueden entenderse de forma aislada, ya que están vinculados a la producción social del territorio, la negociación de identidades, la circulación de prácticas culturales y las estrategias institucionales de regulación y planificación. Mediante la revisión de autores como Sayad, Castles y Miller, Portes, Raffestin, Foucher, Grimson, Haesbaert, Boisier, Sen, Perroux y Furtado, el texto demuestra que la frontera trasciende la condición de límite geopolítico y se afirma como un espacio relacional, marcado por la movilidad, la cooperación, el conflicto y la recomposición de la pertenencia. El análisis también subraya que el desarrollo regional, concebido desde la perspectiva del territorio, requiere políticas públicas sensibles a las especificidades socioculturales de las zonas fronterizas. Se concluye que el enfoque interdisciplinario amplía la capacidad analítica de los estudios sobre migración y ofrece una base más sólida para comprender las desigualdades, las interdependencias y las posibilidades de desarrollo en contextos fronterizos.

Palabras clave: Migración. Frontera. Territorialidad. Desarrollo Regional. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Os processos migratórios ocupam lugar central nas ciências sociais contemporâneas, sobretudo quando examinados em territórios atravessados por circulação intensa de pessoas, mercadorias, normas e símbolos. Em regiões de fronteira, a migração não pode ser reduzida ao simples deslocamento de indivíduos entre unidades políticas distintas. Ela envolve relações de trabalho, redes familiares, disputas por reconhecimento, negociações culturais e mecanismos estatais de controle que, em conjunto, reconfiguram o espaço social.

A relevância analítica das fronteiras decorre do fato de que esses territórios condensam escalas diversas de interação. Neles, decisões macroeconômicas e políticas nacionais convivem com práticas cotidianas de mobilidade, comércio, parentesco e pertencimento. Por isso, o estudo da migração em contextos fronteiriços exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de articular contribuições da sociologia, da geografia, da antropologia, da economia regional e da ciência política.

Nessa perspectiva, a migração é compreendida como fenômeno histórico e social complexo. Não se trata apenas de uma resposta individual a incentivos econômicos, mas de um processo moldado por desigualdades estruturais, trajetórias coletivas, redes sociais e instituições. Ao mesmo tempo, a fronteira deixa de ser vista apenas como linha de separação entre Estados e passa a ser entendida como espaço relacional, no qual se produzem territorialidades, identidades e estratégias de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é analisar, em chave bibliográfica, as contribuições teóricas que articulam migração, fronteira, cultura, desenvolvimento regional e políticas públicas. Busca-se demonstrar que a compreensão das dinâmicas fronteiriças depende da leitura integrada desses campos, pois os fluxos migratórios alteram a organização do território, tensionam categorias identitárias e demandam respostas institucionais específicas. Como problema de pesquisa, pergunta-se de que modo as relações sociais em regiões de fronteira se desenvolvem quando se consideram, simultaneamente, mobilidade humana, territorialidade, desenvolvimento regional e ação pública.

Além desta introdução, o texto apresenta a metodologia empregada, discute os principais aportes teóricos sobre migração, fronteira, cultura e desenvolvimento regional, examina as implicações dessas perspectivas para as políticas públicas e, por fim, sintetiza as contribuições analíticas do estudo. A revisão foi reestruturada para reduzir repetições conceituais, fortalecer a coesão argumentativa e adequar a redação ao padrão acadêmico esperado em periódicos científicos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e com finalidade analítico-interpretativa. O corpus foi composto por livros e artigos de referência nos campos dos estudos migratórios, da geografia política, da cultura, do desenvolvimento regional e das políticas públicas. Foram priorizadas obras clássicas e contemporâneas que oferecem categorias consolidadas

para interpretar mobilidade humana, fronteiras, territorialidade, identidades culturais e planejamento territorial.

A revisão bibliográfica foi organizada em três procedimentos complementares. O primeiro consistiu na seleção de autores com reconhecida relevância teórica para o tema, como Sayad, Castles e Miller, Portes, Raffestin, Foucher, Grimson, Haesbaert, Boisier, Sen, Perroux e Furtado. O segundo envolveu a leitura analítica das obras, com identificação de conceitos centrais, convergências, tensões e possibilidades de articulação interdisciplinar. O terceiro correspondeu à sistematização interpretativa, com foco na construção de um eixo analítico capaz de relacionar migração, fronteira, cultura, desenvolvimento regional e políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico, a revisão não buscou exaurir toda a produção disponível sobre o tema, mas selecionar contribuições consistentes para a construção de um quadro teórico integrado. O critério de inclusão privilegiou textos que explicam os processos migratórios para além do economicismo, definem a fronteira como categoria social e política, problematizam a cultura em contextos de mobilidade e tratam o desenvolvimento regional como processo territorialmente situado.

A análise do material fundamentou-se em leitura comparativa e interpretativa. Em vez de apresentar autores de forma isolada, procurou-se evidenciar como suas formulações se complementam ou se contrapõem. Esse procedimento permite compreender que a migração em regiões de fronteira deve ser lida como fenômeno multidimensional, cuja explicação exige o diálogo entre estruturas econômicas, práticas socioculturais, redes sociais e formas de regulação estatal.

3 MIGRAÇÃO, FRONTEIRA E CULTURA: BASES TEÓRICAS DA ANÁLISE

No campo dos estudos migratórios, Abdelmalek Sayad ocupa posição central ao demonstrar que a migração não pode ser reduzida a estatísticas de entrada e saída nem a escolhas estritamente individuais. Para o autor, trata-se de um fato social total, isto é, de um processo que mobiliza simultaneamente dimensões econômicas, políticas, jurídicas, simbólicas e afetivas. Sua formulação desloca a análise do migrante enquanto força de trabalho para a condição social produzida pela emigração e pela imigração. Ao insistir que toda imigração remete à emigração, Sayad mostra que o fenômeno deve ser compreendido a partir das relações históricas entre sociedade de origem e sociedade de destino.

Essa leitura amplia a compreensão dos efeitos da migração sobre as formas de pertencimento. O migrante não abandona integralmente o universo social de origem nem se integra de modo pleno e imediato ao novo espaço. Ao contrário, sua experiência é marcada por ambivalência, desencaixe e negociação contínua. Em termos analíticos, essa perspectiva é decisiva para contextos fronteiriços, nos quais a circulação cotidiana entre territórios tende a intensificar vínculos múltiplos, lealdades sobrepostas e formas complexas de inserção social.

Stephen Castles e Mark J. Miller contribuem para essa discussão ao situar as migrações na escala da globalização. Em sua abordagem, a intensificação contemporânea dos deslocamentos decorre de transformações econômicas, políticas e tecnológicas que ampliam a interdependência entre regiões. Os autores demonstram que os fluxos migratórios se diversificaram, feminizaram-se, politizaram-se e passaram a envolver simultaneamente países de origem, trânsito e destino. Tal perspectiva permite compreender que a migração é constitutiva da ordem global, e não um fenômeno excepcional ou residual.

A contribuição de Alejandro Portes complementa esse quadro ao destacar o papel das redes migratórias. Ao enfatizar laços familiares, comunitários e econômicos que conectam migrantes, ex-migrantes e não migrantes, o autor mostra como a mobilidade tende a adquirir continuidade social. As redes reduzem custos, compartilham informação, viabilizam inserção ocupacional e criam mecanismos de solidariedade. Em espaços de fronteira, essa lógica é particularmente relevante, pois a proximidade territorial favorece relações duradouras, circuitos comerciais e estratégias de circulação que não se encerram na passagem formal por um posto de controle.

Uma consequência importante dessa abordagem é a superação de leituras que separam rigidamente causas econômicas e efeitos culturais da migração. Quando o deslocamento é visto apenas como decisão racional orientada por renda, tende-se a invisibilizar a forma pela qual o próprio mercado de trabalho é estruturado por políticas estatais, hierarquias étnicas, redes comunitárias e representações sociais sobre o estrangeiro. A literatura revisada sugere, ao contrário, que a inserção econômica do migrante já é mediada por marcadores culturais e territoriais.

Também por isso a fronteira não deve ser tratada apenas como objeto da geopolítica, mas como categoria de experiência. A travessia pode assumir significados muito distintos conforme o regime de mobilidade, o perfil social do sujeito, a documentação disponível, o idioma, o gênero, a posição ocupacional e a densidade das redes sociais em ambos os lados do limite estatal. Em muitas situações, a distância social entre grupos que compartilham o mesmo território fronteiriço é maior do que a distância física que os separa. Essa observação ajuda a compreender por que cooperação e conflito convivem nos mesmos espaços.

Nos territórios fronteiriços, o cotidiano tende a produzir formas específicas de pragmatismo social. Famílias distribuem seus membros entre cidades diferentes, trabalhadores constroem rotinas pendulares, comerciantes organizam circuitos informais e formais de abastecimento, estudantes atravessam a linha internacional para acessar serviços e oportunidades. Esses movimentos não anulam a presença do Estado, mas mostram que a vida social frequentemente opera por meio de arranjos que combinam legalidade, costume e adaptação prática às condições do território.

Do ponto de vista cultural, a fronteira oferece condições particularmente favoráveis à observação de identidades situacionais. Os sujeitos podem acionar pertencimentos nacionais, locais,

étnicos, linguísticos ou religiosos conforme a circunstância. Essa plasticidade não significa ausência de identidade, mas reorganização permanente de repertórios. Hall ajuda a compreender esse processo ao recusar a ideia de essência cultural, enquanto Canclini demonstra que as práticas sociais em contextos de contato produzem combinações que não podem ser descritas em termos de pureza ou simples assimilação.

Se a migração precisa ser compreendida como processo social ampliado, o mesmo vale para a fronteira. Claude Raffestin propõe uma leitura relacional do território, entendido como resultado de mediações e relações de poder. Nessa chave, a fronteira não constitui simples dado natural ou traçado cartográfico neutro; ela expressa operações políticas de delimitação, controle e organização do espaço. Michel Foucher, por sua vez, aprofunda a dimensão geopolítica das fronteiras estatais ao enfatizar sua função estratégica na afirmação de soberanias, na produção de identidades nacionais e na administração de diferenças.

A articulação entre Raffestin e Foucher permite distinguir dois movimentos complementares. De um lado, a fronteira é instituição política, associada à autoridade estatal, à regulação jurídica e à vigilância territorial. De outro, ela é construída socialmente e continuamente reinterpretada pelos sujeitos que a atravessam. Em razão disso, regiões fronteiriças não podem ser definidas apenas por normas estatais; é necessário observar as práticas que nelas se desenvolvem, os circuitos de circulação e os usos sociais do espaço.

Alejandro Grimson reforça essa inflexão ao tratar a fronteira como espaço social e cultural complexo. Sua abordagem é particularmente relevante para a América Latina, onde as linhas internacionais convivem com relações históricas de vizinhança, intercâmbio econômico, bilinguismo, parentesco e circulação cotidiana. A fronteira, nesse sentido, não separa apenas; ela também conecta, mistura e produz situações de contato em que identidades são negociadas. O autor chama atenção para o fato de que a experiência fronteiriça combina assimetrias de poder com formas densas de interação.

Essa perspectiva converge com a noção de multiterritorialidade de Rogério Haesbaert. Em vez de supor que a mobilidade dissolve vínculos territoriais, o autor mostra que sujeitos e grupos podem manter inserções simultâneas em diferentes escalas e espaços. O migrante pode trabalhar em um lado da fronteira, residir em outro, preservar laços familiares em um terceiro lugar e participar de circuitos simbólicos transnacionais. A territorialidade torna-se, assim, plural e processual. Essa categoria é especialmente fecunda para interpretar regiões nas quais a vida social se organiza por pertencimentos múltiplos e mobilidade recorrente.

No plano cultural, Stuart Hall contribui ao compreender identidades como construções históricas, relacionais e discursivas, e não como essências fixas. A migração, nesse contexto, não provoca mera perda de identidade, mas processos de reposicionamento e reinterpretação de pertencimentos. Néstor García Canclini amplia essa discussão com a noção de hibridação cultural, que

permite compreender como práticas, códigos e referências se recombinam em situações de contato desigual. Em regiões de fronteira, a convivência entre normas nacionais distintas, línguas, mercados e tradições produz repertórios híbridos e formas específicas de sociabilidade.

A noção de diáspora, sistematizada por William Safran, também ilumina a relação entre migração e cultura ao destacar a permanência de vínculos simbólicos com a terra de origem, mesmo após a dispersão espacial. Embora a literatura posterior tenha ampliado e criticado seu modelo, a categoria segue útil para pensar memórias coletivas, redes transnacionais e identidades sustentadas por narrativas de origem. Em síntese, os estudos culturais e migratórios convergem ao mostrar que mobilidade e fronteira não eliminam o pertencimento; elas o reorganizam em bases múltiplas, frequentemente tensas, mas socialmente produtivas.

Esse debate aproxima-se das formulações de Homi Bhabha sobre os entre-lugares da cultura. Ainda que sua obra não se dedique especificamente às fronteiras internacionais, ela contribui para pensar espaços de enunciação nos quais a diferença é produzida por tradução, negociação e ambivalência. Em contextos migratórios, tal contribuição permite compreender que a cultura não permanece intacta, mas tampouco desaparece. Ela se reinscreve em novas relações de poder e comunicação.

Por essa razão, a categoria de territorialidade não pode ser dissociada dos processos simbólicos. O território é apropriado materialmente, mas também narrado, lembrado e representado. Migrantes constroem mapas afetivos do espaço, definem lugares de segurança e risco, atribuem significados a instituições e criam circuitos de sociabilidade. Em regiões de fronteira, esses mapas tendem a atravessar limites nacionais formais, compondo uma geografia vivida que frequentemente não coincide com a cartografia estatal.

Outro ponto relevante é que a circulação transfronteiriça pode intensificar tanto a integração quanto a estigmatização. Se, por um lado, a proximidade espacial favorece trocas econômicas, parentesco e familiaridade cultural, por outro, pode produzir discursos que associam determinados grupos a ilegalidade, concorrência desleal ou ameaça à ordem pública. A literatura sobre migração mostra que políticas de controle muitas vezes operam por classificações seletivas, diferenciando mobilidades legítimas e ilegítimas segundo critérios econômicos, raciais e nacionais.

Em síntese, a base teórica discutida nesta seção permite compreender que migração, fronteira e cultura formam um triângulo analítico inseparável. A mobilidade transforma o território; o território condiciona a experiência da mobilidade; e a cultura medeia os significados atribuídos a esse processo. Qualquer análise que pretenda interpretar regiões de fronteira com rigor precisa, portanto, considerar simultaneamente essas três dimensões.

4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS

No campo do desenvolvimento regional, as abordagens clássicas evidenciam que o espaço econômico é marcado por desigualdades persistentes. François Perroux, ao formular a teoria dos polos de crescimento, demonstra que a expansão econômica tende a concentrar-se em atividades e lugares capazes de irradiar efeitos sobre outras unidades produtivas. Celso Furtado, por sua vez, evidencia que o desenvolvimento não se confunde com simples crescimento do produto, pois depende de transformações estruturais e da superação de padrões históricos de dependência e subdesenvolvimento. Essas contribuições continuam relevantes para a análise de regiões fronteiriças, nas quais investimentos, infraestrutura e fluxos comerciais costumam produzir efeitos desiguais entre localidades vizinhas.

As formulações contemporâneas ampliam essa discussão ao incorporar dimensões territoriais, institucionais e sociais. Sergio Boisier entende o desenvolvimento territorial como processo construído pela capacidade de coordenação entre atores, pela mobilização de recursos endógenos e pela formação de capital sinérgico. Nessa perspectiva, o território não é mero suporte físico da economia, mas espaço de ação coletiva. Michael Storper e Georges Benko, por caminhos distintos, reforçam a ideia de que dinâmicas regionais dependem de articulações entre base produtiva, instituições, redes e conhecimento.

A abordagem de Amartya Sen acrescenta um critério substantivo ao debate ao definir desenvolvimento como expansão de liberdades. A centralidade deixa de recair exclusivamente sobre indicadores econômicos e passa a incluir capacidades efetivas de participação social, acesso a direitos, educação, saúde, segurança e mobilidade. Aplicada às regiões de fronteira, essa leitura sugere que o desenvolvimento deve ser avaliado a partir das oportunidades concretas disponíveis para populações que convivem com circulação intensa, assimetrias institucionais e frequente precariedade na oferta de serviços públicos.

Quando articuladas aos estudos migratórios, essas perspectivas mostram que a migração não é apenas consequência do desenvolvimento desigual, mas também elemento que reconfigura economias regionais. Migrantes ampliam mercados, produzem redes de comércio, introduzem repertórios culturais, redistribuem força de trabalho e alteram padrões de consumo e ocupação do território. Ao mesmo tempo, podem enfrentar barreiras documentais, discriminação, segmentação laboral e acesso desigual a políticas sociais. Por isso, a relação entre migração e desenvolvimento regional é ambivalente: ela contém potencial dinamizador, mas também revela e reproduz desigualdades.

A leitura de Celso Furtado é particularmente útil para evitar interpretações lineares do desenvolvimento. Ao chamar atenção para estruturas históricas de dependência, heterogeneidade produtiva e concentração de renda, o autor evidencia que o território não responde de modo homogêneo

aos estímulos econômicos. Em áreas fronteiriças, essa advertência é fundamental, pois a proximidade com outro país não garante, por si só, integração virtuosa ou distribuição equitativa dos benefícios gerados pela circulação.

Da mesma forma, a ideia de polo de crescimento em Perroux precisa ser lida criticamente quando aplicada a contextos fronteiriços. Certas cidades podem concentrar serviços, crédito, infraestrutura logística e oportunidades de negócio, irradiando dinamismo para seu entorno. Contudo, a polarização também pode aprofundar dependências e esvaziar localidades vizinhas. O desenvolvimento regional, nesse quadro, exige mecanismos de coordenação capazes de distribuir capacidades e evitar que as assimetrias espaciais se convertam em exclusão duradoura.

Boisier acrescenta a esse debate uma ênfase decisiva na governança territorial. O desenvolvimento deixa de ser concebido como efeito automático do mercado ou do investimento exógeno e passa a depender da articulação entre atores públicos, privados e coletivos. Em regiões de fronteira, isso significa reconhecer que municípios, órgãos nacionais, entidades comunitárias e até instituições do país vizinho podem participar, formal ou informalmente, da gestão de problemas comuns. A cooperação, nesse caso, não é apenas desejável; ela costuma ser condição de eficácia.

A abordagem das capacidades, em Sen, amplia ainda mais o horizonte normativo da análise. Ao deslocar a atenção para aquilo que as pessoas são efetivamente capazes de fazer e ser, o autor oferece um critério valioso para avaliar políticas em territórios fronteiriços. Não basta registrar crescimento do comércio ou aumento do fluxo de mercadorias; é necessário verificar se a população local dispõe de meios reais para acessar educação, saúde, renda, proteção jurídica e participação social em condições dignas.

As políticas públicas assumem, nesse cenário, papel decisivo. Em regiões fronteiriças, o planejamento estatal precisa considerar que a população atendida nem sempre coincide com os limites formais da cidadania nacional. Serviços de saúde, educação, assistência, segurança, regularização documental, mobilidade urbana e fiscalização econômica são tensionados por fluxos transfronteiriços contínuos. A gestão pública enfrenta, assim, o desafio de conciliar soberania, direitos, cooperação interinstitucional e especificidades locais.

Essa constatação exige abandonar políticas formuladas a partir de modelos homogêneos de território. Fronteiras são espaços em que a vida social frequentemente ultrapassa o recorte administrativo tradicional. A presença de famílias transnacionais, trabalhadores pendulares, estudantes circulantes e redes comerciais informais demanda instrumentos flexíveis, coordenação entre escalas de governo e mecanismos de cooperação com entes localizados do outro lado da linha internacional. Sem esse reconhecimento, a ação estatal tende a produzir lacunas de atendimento e baixa efetividade.

Além disso, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional precisam incorporar a dimensão cultural da fronteira. Ações que ignoram repertórios linguísticos, formas locais de

sociabilidade, práticas econômicas historicamente consolidadas e experiências migratórias específicas tendem a falhar na implementação. O reconhecimento da diversidade cultural não é acessório; ele condiciona a capacidade de formulação de políticas legítimas, aderentes ao território e orientadas por inclusão social.

Em termos analíticos, a fronteira pode ser compreendida como laboratório privilegiado de observação da relação entre Estado, território e mobilidade. Nesses contextos, a formulação de políticas públicas revela com nitidez as tensões entre controle e acolhimento, proteção social e vigilância, desenvolvimento econômico e reprodução de desigualdades. Por isso, a literatura revisada sugere que o planejamento em regiões fronteiriças deve combinar leitura territorial fina, atenção às redes sociais migratórias e compromisso com direitos.

Em muitos espaços de fronteira, a oferta de serviços públicos é atravessada por ambiguidades administrativas. Pessoas que vivem em circulação constante podem depender de equipamentos localizados em outra jurisdição, enquanto governos locais enfrentam dificuldades para planejar políticas com base em populações flutuantes. Isso afeta a produção de estatísticas, o financiamento das políticas e a definição de responsabilidades institucionais. A literatura revisada sugere que tais problemas não são marginais, mas estruturais para a gestão territorial.

Políticas migratórias, políticas sociais e políticas de desenvolvimento regional não deveriam, portanto, ser formuladas de modo isolado. A regularização documental influencia acesso ao trabalho e à proteção social; o desenho da infraestrutura afeta circuitos comerciais e mobilidade cotidiana; programas culturais e educacionais podem favorecer integração e reduzir conflitos; mecanismos de cooperação intergovernamental ampliam a capacidade de resposta diante de demandas compartilhadas. Em contextos fronteiriços, a fragmentação institucional tende a gerar ineficiência e aprofundar vulnerabilidades.

Há ainda uma dimensão simbólica da política pública que merece atenção. Ao nomear determinados grupos como problema, risco ou ameaça, o Estado produz efeitos de classificação que impactam trajetórias sociais e pertencimentos. Em contraposição, políticas que reconhecem a pluralidade cultural e a legitimidade das mobilidades podem favorecer inclusão, confiança institucional e participação cívica. A qualidade da ação pública depende, portanto, não apenas de recursos materiais, mas também das categorias por meio das quais o território e sua população são compreendidos.

Em chave propositiva, a literatura examinada aponta para a necessidade de políticas territorializadas. Isso significa formular ações a partir de diagnósticos localizados, atentos aos fluxos concretos de pessoas, aos circuitos econômicos efetivos e às formas culturais que organizam a vida cotidiana. A fronteira demanda planejamento situado, capaz de combinar coordenação multiescalar, produção de informação qualificada, fortalecimento institucional e participação social. Sem isso, a intervenção pública corre o risco de reproduzir abstrações que pouco dialogam com a realidade vivida.

5 ARTICULAÇÃO ANALÍTICA DOS REFERENCIAIS

A leitura integrada dos autores examinados permite sustentar quatro proposições centrais. A primeira é que a migração deve ser tratada como processo estrutural e relacional. Sayad, Castles e Miller e Portes mostram, por caminhos distintos, que os deslocamentos populacionais resultam de desigualdades, políticas estatais, redes sociais e transformações globais. Essa combinação impede explicações simplificadas e reafirma a necessidade de abordagens interdisciplinares.

A segunda proposição é que a fronteira não opera apenas como limite geopolítico. Raffestin, Foucher, Grimson e Haesbaert evidenciam que o espaço fronteiriço condensa poder, circulação, territorialização e pertencimentos múltiplos. Nesse sentido, a fronteira não constitui cenário neutro da migração; ela participa ativamente da produção das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que pretende regular.

A terceira proposição é que a cultura não pode ser tratada como variável residual. Hall, Canclini e Safran permitem compreender que mobilidade e contato territorial produzem identidades processuais, formas híbridas de pertencimento e vínculos transnacionais duradouros. Em regiões de fronteira, a cultura organiza práticas cotidianas, media conflitos, orienta estratégias econômicas e influencia a recepção institucional dos grupos migrantes.

A quarta proposição é que o desenvolvimento regional, quando pensado em chave territorial, depende da articulação entre economia, instituições, direitos e reconhecimento da diversidade sociocultural. Perroux, Furtado, Boisier e Sen convergem na crítica à redução do desenvolvimento ao crescimento econômico e reforçam que o território deve ser considerado em sua materialidade, em sua densidade institucional e em sua capacidade de produzir inclusão.

Essas quatro proposições, quando reunidas, oferecem base teórica robusta para estudos empíricos sobre regiões fronteiriças. Elas permitem examinar tanto a inserção econômica e social de grupos migrantes quanto os modos pelos quais políticas públicas podem responder a contextos de intensa mobilidade. Mais do que enumerar autores, a revisão demonstra que a articulação entre migração, fronteira, cultura e desenvolvimento regional produz um campo interpretativo coerente para analisar territórios marcados por interdependência, desigualdade e inovação social.

A articulação proposta neste artigo também ajuda a reposicionar a própria noção de região. Longe de designar apenas uma porção delimitada do espaço, a região aparece como resultado de interações, fluxos e instituições. Em áreas de fronteira, essa definição torna-se ainda mais evidente, pois a vida regional frequentemente se organiza por conexões transversais que atravessam a linha internacional e desafiam classificações administrativas rígidas.

Outro ganho analítico consiste em reconhecer que a mobilidade não representa, necessariamente, desorganização territorial. Embora os discursos públicos muitas vezes associem circulação a descontrole, a literatura mostra que migrantes constroem padrões relativamente estáveis

de deslocamento, trabalho, residência e sociabilidade. Redes migratórias e territorialidades múltiplas produzem formas próprias de ordenamento, ainda que nem sempre reconhecidas pelo aparato estatal. O problema, nesse caso, não é a ausência de ordem, mas a coexistência de ordens distintas.

Essa observação é importante para pesquisas empíricas futuras porque orienta a escolha de indicadores e categorias de análise. Em vez de medir apenas entradas e saídas formais ou volumes agregados de comércio, torna-se necessário observar práticas cotidianas de circulação, acesso diferencial a direitos, densidade das redes sociais, repertórios culturais em interação e capacidade institucional local. A teoria, nesse sentido, não funciona apenas como moldura interpretativa, mas como ferramenta para definir o que deve ser observado no território.

Por fim, a integração entre os referenciais examinados permite superar dicotomias frequentes no debate público: legal/ilegal, nacional/estrangeiro, centro/periferia, tradição/modernidade, crescimento/desenvolvimento. Tais oposições, quando tomadas de maneira rígida, obscurecem a complexidade das experiências fronteiriças. A literatura aqui revisada indica que os fenômenos sociais relevantes ocorrem precisamente nas zonas de contato, mediação e sobreposição. É nesse espaço analítico que a fronteira revela sua maior potência explicativa.

Embora o enfoque bibliográfico deste artigo seja predominantemente teórico, ele possui implicações diretas para a leitura de situações concretas em cidades gêmeas, corredores migratórios e áreas de integração transfronteiriça. Em tais contextos, o território costuma operar simultaneamente como espaço de oportunidade e de restrição. A proximidade entre mercados, serviços e redes familiares pode facilitar a reprodução social; porém, a diferença entre legislações, capacidades estatais e regimes de cidadania também cria zonas de incerteza. A teoria ajuda a interpretar essa ambivalência sem reduzi-la a anomalia.

Em muitos casos, a experiência fronteiriça produz uma temporalidade própria. O cotidiano é organizado por horários de funcionamento de aduanas, variações cambiais, calendários escolares distintos, políticas sanitárias assimétricas e mudanças frequentes na intensidade da fiscalização. Esses elementos interferem na vida econômica e familiar das populações locais. A fronteira, portanto, não atua apenas sobre o espaço; ela regula tempos sociais, ritmos de circulação e expectativas de permanência ou retorno.

Essa dimensão temporal reforça a importância das redes sociais. Em cenários de instabilidade regulatória, são elas que frequentemente garantem informação confiável, apoio logístico e mecanismos de adaptação. O valor analítico do conceito de rede migratória reside justamente em mostrar que a ação individual é mediada por estruturas relacionais. A decisão de migrar, permanecer, circular ou retornar não decorre apenas de cálculo econômico, mas de expectativas compartilhadas, obrigações recíprocas e repertórios de confiança construídos coletivamente.

Também merece destaque a dimensão urbana das regiões de fronteira. Muitas dinâmicas migratórias se materializam em bairros específicos, centralidades comerciais, mercados populares, espaços religiosos, associações e equipamentos públicos. O território fronteiriço não é apenas extensão abstrata; ele se expressa em formas urbanas concretas, frequentemente marcadas por segregação, centralização de serviços e apropriações diferenciadas do espaço. A leitura territorial do desenvolvimento regional precisa incorporar esses recortes intraurbanos, pois é neles que desigualdades e capacidades institucionais se tornam visíveis.

Do ponto de vista cultural, a circulação fronteiriça pode favorecer bilinguismo, repertórios alimentares híbridos, festas compartilhadas, calendários religiosos justapostos e novas formas de consumo simbólico. Tais processos não anulam conflitos; ao contrário, muitas vezes convivem com disputas morais, preconceitos e hierarquias nacionais ou étnicas. A cultura, por isso, deve ser compreendida menos como estoque estático de tradições e mais como campo de negociação, classificação e produção de legitimidade social.

A literatura sobre desenvolvimento regional também sugere que a competitividade territorial não pode ser analisada sem considerar coesão social e densidade institucional. Territórios que dispõem de redes cooperativas, capacidade administrativa, produção de informação e mecanismos de coordenação tendem a responder melhor a choques externos e a transformar circulação em oportunidade. Em áreas fronteiriças, essa observação é ainda mais relevante, porque a volatilidade cambial, as mudanças regulatórias e as crises políticas podem alterar rapidamente os padrões de mobilidade e comércio.

Quando se observa a relação entre migração e políticas públicas sob essa ótica, torna-se evidente que o desafio não é apenas ampliar oferta de serviços, mas desenhar arranjos institucionais compatíveis com populações em movimento. Cadastro, financiamento, planejamento e avaliação costumam basear-se em residentes estáveis e jurisdições claramente definidas. Entretanto, a fronteira produz situações em que o uso cotidiano dos serviços ultrapassa tais categorias. A governança territorial precisa, portanto, desenvolver instrumentos mais sensíveis à circulação e à interdependência.

Em última instância, a contribuição desta revisão está em demonstrar que a análise de regiões fronteiriças ganha densidade quando migração, cultura, território, desenvolvimento e políticas públicas são tratados como dimensões mutuamente constitutivas. Essa formulação não elimina a necessidade de recortes empíricos específicos, mas oferece critério para construí-los de forma mais rigorosa. Ao deslocar o debate de explicações parciais para um quadro integrado, o artigo busca fortalecer a base conceitual de pesquisas futuras e ampliar a interlocução entre diferentes campos do conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada evidencia que os processos migratórios, quando observados em regiões de fronteira, exigem leitura que ultrapasse enfoques setoriais ou monocausais. A migração mostrou-se inseparável de relações de poder, redes sociais, negociações identitárias, produção do território e ação estatal. Desse modo, a mobilidade humana não pode ser tratada apenas como deslocamento físico nem a fronteira como simples linha de separação entre soberanias.

A análise também demonstrou que a fronteira é espaço relacional, no qual coexistem controle, circulação, cooperação e conflito. Nesses territórios, as identidades são continuamente redefinidas, as territorialidades tornam-se múltiplas e o desenvolvimento regional depende de capacidades institucionais capazes de reconhecer a complexidade da vida social local. A literatura examinada reforça, assim, que o território fronteiriço não é periferia analítica, mas lugar privilegiado para compreender transformações contemporâneas.

No plano do desenvolvimento regional, verificou-se que abordagens centradas apenas em crescimento econômico são insuficientes para interpretar contextos marcados por assimetrias institucionais e intensa mobilidade populacional. O desenvolvimento, entendido como transformação estrutural, coordenação territorial e ampliação de liberdades, requer políticas públicas sensíveis aos circuitos sociais concretos da fronteira. Isso inclui atenção a direitos, acesso a serviços, cooperação entre escalas governamentais e reconhecimento da diversidade cultural.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre migração, fronteira, cultura, desenvolvimento regional e políticas públicas constitui eixo teórico consistente para a análise de regiões fronteiriças. Ao reduzir repetições conceituais e reorganizar a argumentação, esta versão do texto reforça a contribuição do estudo para o debate interdisciplinar e oferece base mais coesa para futuras investigações empíricas sobre territorialidades migrantes, governança e desenvolvimento em espaços de fronteira.

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. Geografia econômica mundial. São Paulo: Hucitec, 1996.

BHABHA, Homi K. The location of culture. London: Routledge, 1994.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. Revista CEPAL, n. 69, p. 105-121, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. The age of migration: international population movements in the modern world. 4. ed. London: Macmillan, 2009.

EVANS, Peter. Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's development as freedom. Studies in Comparative International Development, v. 37, n. 2, p. 54-60, 2002.

FOUCHER, Michel. Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1988.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GRIMSON, Alejandro. Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2011.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PERROUX, François. L'économie du XXe siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. Économie appliquée, v. 8, p. 307-320, 1955.

PORTES, Alejandro (ed.). The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1995.

PORTES, Alejandro. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, Alejandro (ed.). The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1995. p. 1-41.

RAFFESTIN, Claude. Pour une géographie du pouvoir. Paris: Librairies Techniques, 1980.

SAFRAN, William. Diasporas in modern societies: myths of homeland and return. Diaspora: A Journal of Transnational Studies, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STORPER, Michael. The regional world: territorial development in a global economy. New York: Guilford Press, 1997.